

SUMÁRIO

ENTENDENDO A PROPOSTA DO MANUAL	33
VISÃO GERAL DA OBRA	33
RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS.....	38
SOBRE O TERMO “COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL”	41
DEMANDA POR UMA ORGANIZAÇÃO DO TEMA	44
PARADIGMA JURÍDICO DO MANUAL.....	48
RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO.....	54

CAPÍTULO I

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E RACISMO NO BRASIL.....	57
1.1. RAÇA, ETNIA E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	58
1.1.1. Raça e etnia	58
1.1.2. Decolonialidade e racismo	64
1.1.3. Identidade étnico-racial.....	68
1.2. RACISMO	75
1.2.1. Definindo o racismo	76
1.2.2. Racismo institucional.....	82
1.3. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	89

CAPÍTULO II

AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS....	91
2.1. AÇÕES AFIRMATIVAS	92
2.1.1. Definição e fundamentos das ações afirmativas	92
2.1.2. As ações afirmativas no Brasil	99

2.2. POLÍTICA DE COTAS	106
2.2.1. Implementação das cotas étnico-raciais no Brasil.....	106
2.2.2. A regulamentação atual sobre o tema.....	111
2.3. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	117

CAPÍTULO III

FUNDAMENTOS DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS	121
3.1. FUNDAMENTO HISTÓRICO: DIREITO À REPARAÇÃO	121
3.2. FUNDAMENTO JURÍDICO: DIREITO À IGUALDADE.....	133
3.3. O RECONHECIMENTO DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS PELO STF.....	141
3.4. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	147

CAPÍTULO IV

DESTINATÁRIOS(AS) DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS.....	151
4.1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CLASSIFICAÇÕES RACIAIS.....	152
4.2. DESTINATÁRIOS(AS) DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS: PESSOAS PRETAS E PARDAS.....	158
4.2.1. Construção política e fundamentação normativa da categoria “negro(a)”	159
4.2.2. O critério técnico-jurídico de elegibilidade dos(as) destinatários(as)	165
4.3. O “DILEMA DO PARDO”: DEBATES CONTEMPORÂNEOS E DESAFIOS PRÁTICOS	171
4.4. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	178

CAPÍTULO V

CONTROLE DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS	181
5.1. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DAS COTAS	182
5.1.1. Acompanhamento e análise da política.....	182
5.1.2. A revisão das cotas.....	187
5.2. ESPÉCIES DE CONTROLE DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS.....	191
5.2.1. Controle institucional das cotas.....	191
5.2.2. Controle social das cotas.....	195

5.2.3. Controle judicial das cotas	199
5.3. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	204

CAPÍTULO VI

AUTODECLARAÇÃO E HETEROIDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS .. 207

6.1. AUTODECLARAÇÃO E IDENTIDADE RACIAL	208
6.1.1. A natureza do direito à autodeclaração étnico-racial	208
6.1.2. Limites da autodeclaração para as cotas étnico-raciais.....	213
6.2. HETEROIDENTIFICAÇÃO: DEFINIÇÃO E MODALIDADE ACEITA.....	216
6.3. COMPATIBILIDADE ENTRE A AUTODECLARAÇÃO E A HETEROIDENTIFI- CAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	222
6.3.1. A coexistência necessária entre identidade e identificação étnico-racial	222
6.3.2. Consolidação da convivência entre autodeclaração e heteroi- dentificação no Brasil	226
6.4. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	229

CAPÍTULO VII

OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS ÀS COTAS PARA PESSOAS NE- GRAS..... 233

7.1. RACISMO INSTITUCIONAL COMO SISTEMA DE OBSTÁCULOS.....	234
7.2. OBSTÁCULOS NO DESENHO DOS EDITAIS.....	238
7.2.1. Fracionamento e departamentalização de vagas	239
7.2.2. Conteúdo das provas e requisitos discriminatórios.....	244
7.3. CLÁUSULAS DE BARREIRA E MANIPULAÇÃO DE LISTAS.....	248
7.3.1. Notas de corte e eliminação seletiva	249
7.3.2. Sorteios, ordem de nomeação e gestão irregular de chama- das	254
7.4. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	259

CAPÍTULO VIII

REGULAMENTAÇÃO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO..... 263

8.1. HISTÓRICO DA REGULAMENTAÇÃO	264
--	-----

8.2. A NORMATIZAÇÃO HOJE EXISTENTE.....	269
8.3. DEMANDA PELA MELHORIA DA REGULAMENTAÇÃO	272
8.4. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	278

CAPÍTULO IX

FUNÇÕES DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO 281

9.1. FUNÇÕES TÍPICAS.....	282
9.1.1. Função heteroidentificadora	282
9.1.2. Função antifraude.....	286
9.2. FUNÇÕES ATÍPICAS	293
9.2.1. Função política.....	294
9.2.2. Função pedagógica.....	297
9.3. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	299

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL PELA HETEROIDENTIFICAÇÃO..... 303

10.1. DEVER DE CONSTITUIR AS COMISSÕES.....	304
10.2. ESTRUTURAÇÃO EFETIVA DAS COMISSÕES.....	310
10.2.1. Composição de Grupo de Trabalho institucional.....	310
10.2.2. Terceirização do procedimento de heteroidentificação	312
10.2.3. Política de educação em direitos voltados à heteroidentificação	313
10.2.4. Monitoramento dos resultados do trabalho das comissões..	315
10.3. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS(AS) MEMBROS(AS) DAS COMISSÕES.....	316
10.4. PADRONIZAÇÃO DOS TRABALHOS E APROVEITAMENTO DO RESULTADO DE OUTRAS COMISSÕES.....	322
10.4.1. Uniformização das comissões no âmbito institucional	322
10.4.2. Aproveitamento da avaliação de outras comissões.....	327
10.5. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	332

CAPÍTULO XI**REGULAMENTAÇÃO EDITALÍCIA DA HETEROIDENTIFICAÇÃO 335**

11.1. OBRIGATORIEDADE E VINCULAÇÃO AO EDITAL	336
11.2. PARÂMETROS OBJETIVOS DO EDITAL	341
11.2.1. Momento de realização da heteroidentificação	341
11.2.2. Metodologia a ser empregada	344
11.2.3. Critérios de avaliação	347
11.2.4. Composição, qualificação e formação dos(as) integrantes da comissão	349
11.2.5. Dever de motivação das decisões da comissão	352
11.2.6. Garantias processuais asseguradas aos(às) candidatos(as)....	353
11.2.7. Consequências da não confirmação da autodeclaração	355
11.3. TRILHA NORMATIVA SOBRE A HETEROIDENTIFICAÇÃO	357
11.3.1. Apontamentos sobre a trilha	357
11.3.2. Sugestão de texto para atos normativos que regulamentam a heteroidentificação	359
11.4. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	365

CAPÍTULO XII**PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À HETEROIDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL 369**

12.1. QUADRO PRINCIPIOLÓGICO PERTINENTE À HETEROIDENTIFICAÇÃO..	370
12.2. PRINCÍPIOS EM ESPÉCIE	377
12.2.1. Princípio da efetividade das ações afirmativas	378
12.2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana	380
12.2.3. Princípio da presunção relativa de veracidade da autodeclaração étnico-racial	382
12.2.4. Princípio da vinculação ao edital	384
12.2.5. Princípio da independência da comissão de verificação	385
12.2.6. Princípio da exclusividade do critério fenotípico	386
12.2.7. Princípio do consenso intersubjetivo	388
12.2.8. Princípio do contraditório e da ampla defesa	389

12.2.9. Princípio da motivação detalhada	390
12.2.10. Princípio da não substituição do mérito administrativo	392
12.3. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	394

CAPÍTULO XIII

A ANÁLISE FENOTÍPICA COMO CRITÉRIO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO 397

13.1. O FENÓTIPO COMO FUNDAMENTO EXCLUSIVO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO	398
13.1.1. Bases sociológicas	398
13.1.2. Consolidação do critério nas normas atuais.....	402
13.2. DEFINIÇÃO DE FENOTIPIA E USO NA HETEROIDENTIFICAÇÃO.....	406
13.2.1. Conceito técnico de fenótipo para as comissões	406
13.2.2. A avaliação fenotípica	410
13.3. A VARIAÇÃO REGIONAL DA “RAÇA SOCIAL” E SUA APLICAÇÃO.....	415
13.4. A FENOTIPIA PARDA E A TEORIA DA “ZONA CINZENTA”	422
13.5. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	427

CAPÍTULO XIV

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS INDEVIDOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO..... 431

14.1. AVALIAÇÃO FENOTÍPICA VEXATÓRIA OU INDIGNA	432
14.2. AVALIAÇÃO FENOTÍPICA INDIRETA	435
14.3. USO INDEVIDO DE OUTROS CRITÉRIOS	441
14.3.1. Ascendência (genótipo)	441
14.3.2. Vivência do racismo.....	445
14.3.3. Antropometria.....	448
14.3.4. Engajamento social, político ou acadêmico	451
14.3.5. Critério socioeconômico	454
14.4. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	457

CAPÍTULO XV**O PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL... 461**

15.1. ROTEIRO GERAL DAS FASES DO PROCEDIMENTO	462
15.2. FASE PREPARATÓRIA: PRELEÇÃO.....	466
15.3. FASE PROCEDIMENTAL: AVALIAÇÃO FENOTÍPICA	474
15.3.1. Passo a passo da avaliação.....	476
15.3.2. Cuidados especiais e possíveis intercorrências.....	479
15.3.3. Aspectos técnicos do procedimento	484
15.4. FASE DELIBERATIVA: JULGAMENTO.....	487
15.5. FASE TRANSVERSAL: EQUIPE DE APOIO	492
15.6. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	496

CAPÍTULO XVI**MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES DA COMISSÃO..... 499**

16.1. OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO.....	500
16.1.1. O mito da subjetividade arbitrária das comissões	500
16.1.2. Critérios objetivos do procedimento	505
16.2. O DEVER DE MOTIVAÇÃO DOS ATOS DA COMISSÃO	508
16.2.1. Fundamentos normativos da motivação.....	509
16.2.2. Motivação adequada <i>versus</i> motivação genérica	512
16.3. O PARECER DA COMISSÃO: ESTRUTURA, CONTEÚDO E MODELOS.....	517
16.3.1. Elementos essenciais do parecer motivado	518
16.3.2. Parecer coletivo	520
16.3.3. Pareceres individuais.....	525
16.4. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	530

CAPÍTULO XVII**FASE DE RECURSOS À HETEROIDENTIFICAÇÃO 533**

17.1. RECURSO COMO DIREITO DO(A) CANDIDATO(A).....	533
17.2. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO RECURSAL	538
17.3. PROCEDIMENTO DA COMISSÃO RECURSAL	541
17.4. LIMITES DA COMISSÃO RECURSAL QUANTO À MATÉRIA APRECIADA..	546
17.5. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	550

CAPÍTULO XVIII

FRAUDES À HETEROIDENTIFICAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.... 553

18.1. FRAUDES ÀS COTAS ÉTNICO-RACIAIS: BREVE HISTÓRICO DO TEMA	554
18.2. O CONCEITO DE FRAUDE NA HETEROIDENTIFICAÇÃO.....	559
18.3. O PAPEL DAS COMISSÕES NA APURAÇÃO DE FRAUDES	564
18.4. CONSEQUÊNCIAS DA FRAUDE PARA A PESSOA CANDIDATA	569
18.5. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	574

CAPÍTULO XIX

CONTROLE JUDICIAL DA HETEROIDENTIFICAÇÃO 577

19.1. DO DIREITO TRADICIONAL AO DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO.....	578
19.1.1. A insuficiência do paradigma individualista para as questões étnico-raciais	579
19.1.2. A hermenêutica jurídica negra	584
19.2. O PODER JUDICIÁRIO NO CONTROLE DA HETEROIDENTIFICAÇÃO.....	588
19.2.1. Limites do controle judicial e mérito administrativo.....	589
19.2.2. O princípio da vinculação ao edital como parâmetro de controle	594
19.2.3. Temas recorrentes na jurisprudência.....	599
19.2.3.1. Dever de motivação das decisões da comissão	599
19.2.3.2. Direito ao contraditório e à ampla defesa	600
19.2.3.3. Elementos probatórios da fenotipia.....	601
19.2.3.4. Tese da “zona cinzenta” ou “dúvida razoável”	603
19.2.3.5. Confronto entre segurança jurídica e “fato consumado”	604
19.2.3.6. Vinculação a aprovações em comissões anteriores	606
19.2.3.7. Fraude, má-fé e o direito de prosseguimento na ampla concorrência	608
19.3. RESUMO SISTEMATIZADO DO CAPÍTULO	610

REFERÊNCIAS 613

BIBLIOGRAFIA.....	613
NORMAS.....	620
JURISPRUDÊNCIA.....	623

ANEXOS..... 629

ANEXO I – Sugestão de texto para atos normativos que regulamentam a heteroidentificação 631

ANEXO II – Roteiro para preleção..... 639

ANEXO III – Modelo de parecer coletivo da comissão..... 641

ANEXO IV – Modelo de pareceres individuais da comissão..... 643

ANEXO V – Termo de confidencialidade e sigilo..... 645

ÍNDICE REMISSIVO 647